

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	09/04/2019	87,2 cm <sup>2</sup>	Política	2

2

**TRIBUNA INDEPENDENTE**

**POLÍTICA**

MACEIÓ - ALAGOAS  
TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2019

# Sindicatos podem judicializar aprovação

Funcionalismo público está buscando alternativas para que projeto que altera estatuto dos servidores não seja aprovado na Câmara

**CARLOS AMARAL**  
REPÓRTER

Os sindicatos das categorias do funcionalismo público da capital alagoana afirmam que a Prefeitura não possui justificativa financeira para alterar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Maceió, em Projeto de Lei enviado à Câmara de Vereadores na última semana. Em entrevista coletiva na segunda-feira (8), seus advogados e dirigentes também questionam a falta de isonomia no trato com os procuradores e auditores fiscais do Município.

Segundo eles, a Prefeitura de Maceió está aquém da possibilidade de gastos com folha de pagamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e irão judicializar a questão caso o Projeto de Lei (PL) que altera o Estatuto for aprovado pelos vereadores.

Felipe Lopes, advogado do Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de Alagoas (Saseal), também ressalta a falta de etapas previstas em lei para a apresentação de um PL.

"Há vários problemas em termos de procedimento, tanto na questão inerente de inexistência de comissão de servidores públicos para discutir a mudança na lei, quanto ao impacto financeiro que o prefeito afirma ter na folha de pagamentos da Prefeitura de Maceió. Fizemos uma análise nos balanços de 2016 para cá e verificamos que houve superávit", diz. "Os servidores de Maceió foram prejudicados em relação à isonomia com os procuradores e auditores fiscais do Município, quando há previsão constitucional sobre esse tema. Médicos e enfermeiros, por exemplo, estão tendo redução salarial de 30% a 40%. A insalubridade está sendo tarifada, quando deveria ser calculada com base na remuneração dos servidores", completa o advogado do Saseal.

Os sindicatos destacam que querem o rito do PL volte ao início, com a participação das representações dos

## DEBATE

Hoje (9) está marcada uma reunião com os vereadores, antes do início da sessão da Casa, tendo os servidores com os braços cruzados. Eles podem entrar em greve caso o PL seja aprovado pela Câmara

## PROPOSTAS

Os sindicatos destacam que querem o rito do PL volte ao início, com a participação das representações dos trabalhadores na discussão de sua elaboração

trabalhadores na discussão de sua elaboração. As mudanças só poderão ser judicializadas caso os vereadores as aprovem.

"Todas as medidas cabíveis, de ordem administrativa, neste momento foram tomadas, que foi procurar o Ministério Público Estadual [MPE] e o Tribunal de Justiça [TJ] para intercederem junto aos poderes Executivo e Legislativo o retorno do PL à origem. Uma judicialização só poderá ser feita caso o PL se torne lei", explica Felipe Lopes.

## GREVE

Hoje (9) está marcada uma reunião com os vereadores, antes do início da sessão da Casa, tendo os servidores com os braços cruzados. Eles podem entrar em greve caso o PL seja aprovado pela Câmara. Já na última quinta-feira (4), parlamentares e sindicalistas discutiram o tema.

"Caso seja aprovado [PL] podemos, sim, entrar em greve geral", crava Sidney Lopes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Maceió (Sindspref).

Já Alessandro Fernandes, do Sindicato dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde (Sindsaúde), pede cautela aos vereadores.

"São 12 mil famílias que serão atingidas se o PL for aprovado. Essa responsabilidade é dos vereadores. Por isso, pedimos cautela e que não aprovarem nada", diz Alessandro Fernandes.



Servidores defendem que o projeto retorne e seja debatido com a categoria para não perder direitos

CARLOS AMARAL

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	09/04/2019	23,5 cm <sup>2</sup>	Política	2

2

TRIBUNA  
INDEPENDENTE

POLÍTICA

MACEIÓ - ALAGOAS  
TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2019

## AMPLIAÇÃO

### Deputada faz indicação por patrulha 24h

A deputada estadual Cibele Moura (PSDB), protocolou, na quinta-feira (4), na Assembleia Legislativa, indicação para que a Patrulha Maria da Penha funcione 24 horas por dia para atender as mulheres alagoanas. A matéria segue para votação do Plenário e, aprovada, será encaminhada para apreciação do governador Renan Filho (MDB).

“Combate à violência contra a mulher é prioridade no meu mandato. A gente já protocolou projeto, indicação. Dessa vez, estamos tratando da Patrulha Maria da Penha, algo que já vem surtindo efeito em Alagoas, mas que precisa ampliar. Por isso, a gente está indicando dessa vez para que a Patrulha funcione 24 horas por dia”, afirma Cibele.

Ela lembra que muitas vezes os crimes contra a mulher ocorrem à noite, quando as delegacias especializadas não funcionam. “A gente precisa proteger a mulher, precisa que ela tenha o amparo policial 24 horas por dia. Nossa indicação trata sobre isso, melhorar a vida da mulher alagoana. Fazer com que ela se sinta mais segura, com que ela tenha mais apoio do Estado e esse é o nosso papel na Assembleia. Lutar muito para que os índices de violência contra a mulher caiam. Está na hora do poder público agir”, ressalta.

No texto, ela informa que a princípio a indicação não será onerosa para o Estado já que as equipes podem ser compostas por profissionais do próprio quadro de servidores das especializadas.

Lançado em fevereiro de 2018 o programa Patrulha Maria da Penha objetiva fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas concedidas pelo Poder Judiciário a mulheres vítimas de violência doméstica.



Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	09/04/2019	15,7 cm <sup>2</sup>	Economia	13

**TRIBUNA**  
INDEPENDENTE

**ECONOMIA**

MACEIÓ - ALAGOAS  
TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2019

**13**

# CIDADES EMFOCO

**ROBERTO BAIA**  
robertobaiabarros@hotmail.com



## RIO LARGO

A juíza Eliana Augusta Acioly Machado de Oliveira foi empossada na 3ª Vara Criminal de Rio Largo, nesta sexta-feira (5), pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Tutmés Airan de Albuquerque Melo.

Por deliberação do Pleno do Tribunal, Eliana Machado foi promovida da primeira para a segunda entrância pelo critério de antiguidade. Ela era titular da Comarca de Boca da Mata. Tutmés Airan frisou que "Rio Largo é uma Comarca importantíssima e Vara está em boas mãos".

## CRIMINALIDADE

A juíza espera contribuir para a redução dos crimes na cidade. "Minha expectativa é diminuir o acervo e oferecer ao jurisdicionado uma prestação mais célere, e com isso ajudar a combater a criminalidade", disse.

A solenidade, no gabinete da Presidência, foi prestigiada pelo desembargador Otávio Praxedes, diversos magistrados e servidores. (Com Dicom TJAL)